



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETO LEGISLATIVO N.º 167, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1981

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da II Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — É aprovada a indicação do Dr. Olavo Drummond para o cargo de Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas do Estado, em vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Nicolau Tuma.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assim, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de dezembro de 1981,

a) JANUARIO MANTELLI NETO, Presidente

a) Sylvio Martini, 1.º Secretário

a) Vicente Botta, 2.º Secretário

155.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declarou aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30m abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Agenor Linc de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antônio Carlos Mesquita — Antônio Rezak — Rubens Lara — Mauricio Najar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emílio Justo — Evandro Mesquita — Tufi Jubra — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Gerc Hama — Hatiro Shimomoto — Hélio Cesar Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Avida — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storopoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeia — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabil Chedid — Nodeci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doretto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simionato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares — Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vicente Botta PTB) — Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Vicente Botta para, como 1.º Secretário *ad hoc*, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTARIO DA 155.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Presidente Januário Mantelli Neto — Abre a sessão. Anuncia a presença e presta homenagens ao Prefeito Reynaldo de Barros e ao Presidente do Tribunal de Alçada Criminal.
- 2 — Antonio Rezak — Discute a lei de zoneamento, referindo-se a projetos que deverão ser votados pela Câmara Municipal.
- 3 — Vicente Botta — Assume a Presidência.
- 4 — Jihei Noda — Comunica à Presidência estar reassumindo suas funções. Assume a Presidência.
- 5 — Osmar Ribeiro Fonseca — Comenta artigo da revista "Veja" sobre a estada da comitiva do Governador Paulo Salim Maluf no Japão.
- 6 — Hatiro Shimomoto — Para reclamação, comunica à Presidência estar reassumindo suas funções.
- 7 — Eduardo Matarazzo Suplicy — Lê ofício enviado pelos funcionários do Hospital São Paulo ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho.
- 8 — José Yunes — Alude aos abusos cometidos pela comitiva do Governador no Japão. Lê matéria publicada na Revista "Veja" a respeito.
- 9 — Francisco Dias — Cumprimenta o Dr. Dalmo Dallari pelo resultado da eleição extra-oficial para a reitoria da USP. Referindo-se ao problema social, congratula-se com a comissão que estudará o problema da habitação.
- 10 — Irma Passoni — Anuncia a presença de representantes do Sindicato dos Artistas, do PT de Guarulhos, do movimento em Defesa do Menor e da Frente Feminista. No "Dia Nacional dos Sem-Terras", aborda problemas sociais, especificamente o problema de moradias.
- 11 — Ricardo Izar — Comunica à Presidência estar reassumindo suas funções.
- 12 — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Denunciando os problemas políticos do Uruguai, manifesta sua solidariedade ao povo uruguaio.

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto, Vicente Botta e Jihei Noda

SECRETÁRIO, Sr. Vicente Botta

- 13 — Hatiro Shimomoto — Demonstra o êxito da missão do Governador Paulo Salim Maluf no Japão e contesta notícias publicadas pela imprensa brasileira.
- 14 — Waldemar Chubaci — No "Dia Nacional dos Sem-Terras" manifesta-se sobre o problema.
- 15 — Ivan Espindola de Avida — Contesta reportagem da revista "Veja" sobre comércio de drogas, em que o Colégio Batista Brasileiro foi envolvido, e solidariza-se com o diretor desse estabelecimento de ensino.
- 16 — Reginaldo Valadão — Discute o problema de aumento das tarifas de ônibus, inclusive em cidades do interior. Aborda o problema econômico e o crescente desemprego, citando declarações do Ministro do Trabalho.
- 17 — Emílio Justo — Reporta-se à realização do Segundo Simpósio sobre a Política Nacional de Saúde e às conclusões do mesmo.

GRANDE EXPEDIENTE

- 18 — Marcos Aurélio Ribeiro — Verbera o "Pacote Eleitoral", tecendo críticas ao Governo e ao Ministro da Justiça, e manifesta descrença na fusão dos partidos de Oposição.
- 19 — Geraldo Menezes — Manifesta-se contrário à candidatura do Sr. Laudo Natel para o cargo de Governador do Estado.
- 20 — Presidente Jihei Noda — Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10-12-81, à hora regimental. Lembra a sessão solene já convocada. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Srs. Deputados, em decorrência do convite formulado pelo nobre Deputado Almir Pazzianotto Pinto, Presidente da Comissão que apura altas taxas de crime contra a vida e patrimônio, nesta tarde, foi convidado o ilustre Prefeito de São Paulo, Dr. Reynaldo Emygdio de Barros, que aqui comparece para prestar orientação e informações à douta comissão. S. Exa. vem acompanhado de seus assessores, prestando, assim, relevantes serviços a esta Comissão, que precisa e necessita de dados e informações. (Palmas.)

Ao nosso lado, também, fazendo-nos uma visita, está o ilustre Presidente do Tribunal de Alçada Criminal, Dr. Nivaldo Azevedo Sampaio. A S. Exa. os nossos agradecimentos. (Palmas.)

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Célio dos Santos (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Cesar Rosas (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Moraes (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Manoel Sala (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Alvaro Fraga (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Rezak.

O SR. ANTONIO REZAK (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é oportuna a presença do Prefeito nesta Casa, hoje; quero entender não apenas para o depoimento que deverá prestar na Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo nobre Deputado Almir Pazzianotto Pinto, sobre as altas taxas de criminalidade, como será importante também S. Exa. ouvir as nossas observações e o nosso apelo, já que S. Exa. encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo projetos alterando a lei de zoneamento; no nosso entender, se não forem extirpadas as irregularidades ali inseridas, serão altamente prejudiciais ao desenvolvimento da cidade.

— Assume a Presidência o Sr. Vicente Botta

Consideramos que compete a quem dirige os destinos de uma cidade como São Paulo, resistir às pressões, nem sempre coerentes com as necessidades da população, sobre a administração que exerce.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aqui lembrar que o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção de São Paulo, quer discutir esses três projetos que, no nosso entendimento, só devem ser votados pela Câmara Municipal após uma profunda discussão dos mesmos; razão porque ou S. Exa. o Sr. Prefeito retira esses projetos da Câmara Municipal para um melhor estudo dos mesmos ou, então, retira do seu encaminhamento a solicitação de urgência, permitindo que os vereadores

possam, em profundidade, discutir aquelas proposições e retificá-las naquilo que atentam aos interesses da cidade de São Paulo.

Srs. Deputados, a lei de zoneamento foi, de certa forma, uma conquista da cidade, pois era preciso disciplinar o seu desenvolvimento e impedir que a voracidade dos especuladores imobiliários transformassem a cidade numa mercadoria a ser vendida em balcão de negócios sem nenhum escrúpulo. A lei de zoneamento deve manter o objetivo de estabelecer um pouco de ordem nesse crescimento caótico que orientou a urbanização de São Paulo.

A competência do Prefeito exige que ele saiba resistir àqueles que o pressionam para que a alteração da lei do zoneamento favoreça interesses nem sempre coerentes com a necessidade da população paulistana. Sua Excelência encaminhou três projetos alterando a lei do zoneamento que podemos entender como necessários para disciplinar a ocupação de áreas ainda não completamente definidas. Que esses projetos, no entanto, possam ser livre e profundamente discutidos, a fim de que, ao serem aprovados, não deixem a menor dúvida quanto à sua lisura.

O SR. JIHEI NODA (PDS — Para reclamação) — Sr. Presidente, quero comunicar ao plenário que, terminada a nossa missão oficial de comercialização, juntamente com o Sr. Governador, aqui estamos para assumir as nossas responsabilidades nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta — PTB) — Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mesquita. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Castello Branco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Ribeiro Fonseca.

— Assume a Presidência o Sr. Jihei Noda

O SR. OSMAR RIBEIRO FONSECA (PDT) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, após ouvirmos a comunicação do nobre Deputado Jihei Noda sobre o cumprimento da missão da comitiva do Governador, Sr. Paulo Salim Maluf, ao Japão, gostaríamos de fazer uma rápida análise daquilo que, através da revista "Veja", chegou ao nosso conhecimento.

"O Governo gastou 500 milhões de cruzeiros no seu passeio turístico. Gulosos e avessos às regras da etiqueta, os 170 integrantes de sua comitiva — a maior já deslocada para o exterior, com exceção das delegações olímpicas — puseram em risco a própria segurança do voo com o excesso de compras e surpreenderam seus anfitriões com animadas disputas em torno de presentes. Enfim, em pelo menos uma ocasião, a caravana foi acusada de surrupiar talheres de prata usados num jantar."

O Comandante, preocupado, dizia:

"Por favor, senhores, a aeronave não aguenta mais sequer um cartão postal", insistiu sucessivas vezes, durante a excursão, o comandante do DC-10 da Varig, preocupado com a possibilidade de o avião cair por excesso de peso."

É até interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que ocorreu em toda essa caminhada do Sr. Paulo Salim Maluf. "A disciplina da caravana descambou para agressões ao protocolo durante as recepções oficiais. "A comitiva deu um exemplo de comportamento selvagem", assegura uma testemunha de cenas desenroladas no Japão, "na cidade de Maebashi, por exemplo, o Deputado Antonio Feu Rosa, do Espírito Santo, deve ser do PDS — devorou sozinho uma travessa de ostras por ocasião de um jantar em homenagem a Maluf. Na mesma noite, espantados, os japoneses fizeram saber, por meio de discretos comentários — naturalmente, por ser uma nação civilizada — que as autoridades locais, teriam de pagar pelo desaparecimento de alguns talheres de prata."

Vejam V. Exas. que tipo de caravana foi ao Japão para tratar de negócios entre os dois países.

Outro tópico que a revista "Veja" traz com muita clareza:

"Alguns homens apossaram-se de mais de uma barbearia e outros puseram nos bolsos várias pedras preciosas, como o Deputado baiano Leir Lomanto. Nessa batalha, Lomanto chegou a ferir uma mão nas cascas de ostras abertas."

Quer dizer, parece que esta é uma nação de famintos, uma nação onde até representantes do povo saem para o exterior, a nos envergonhar, infelizmente.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente Srs. Deputados, este Deputado vai encaminhar ofício ao Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, para que mande averiguar os possíveis danos materiais que a comitiva do Sr. Paulo Salim Maluf cometeu no Japão, principalmente, procurar S. Exa. saber se esses talheres de

prata foram pagos, porque, se não foram pagos, é uma prova de que houve roubo durante a permanência dessa comitiva no Japão e que S. Exa., o Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, tome as devidas providências porque o nosso País, apesar das dificuldades que atravessa o nosso povo, que está, também, passando grandes dificuldades, não pode suportar uma vergonha dessa natureza praticada por representantes liderados por quem hoje ocupa o Palácio dos Bandeirantes de forma ilegítima, porque para lá não foi conduzido através do voto do povo.

Era, Sr. Presidente, a denúncia que gostaria de fazer neste instante e, também aqui render minhas sinceras homenagens às autoridades e ao povo japonês, que souberam receber essa comitiva e que só não colocaram alguns na cadeia por que não quiseram ferir os brios e os princípios da nação brasileira. Se não fosse esta justificativa, aqueles que roubaram talheres, tenho certeza, estariam presos hoje no Japão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (JIHEI NODA — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Macris. (Pausa.)

O SR. HATIRO SHIMOMOTO (PDS — Para reclamação) — Sr. Presidente, retornando da missão oficial, junto com o governador Paulo Salim Maluf, que tive a honra de acompanhar na viagem ao Japão, que tantos benefícios trouxe ao Estado e a Nação, quero dizer que retorno a esta Assembleia para assumir minha cadeira no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (JIHEI NODA — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado José Felício Castellano. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Abrahim Dabus. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPICLY (PT) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, desejamos boas-vindas aos que, convidados pela nobre Deputada Irma Passoni, vêm hoje à Assembleia Legislativa para discutir, debater e reivindicar das autoridades providências imediatas para resolver o problema daqueles que, hoje, têm dificuldades de habitação na cidade mais desenvolvida do Brasil, a cidade de São Paulo, onde, cotidianamente, verificamos cidadãos procurando um lugar para construir sua habitação, que desejam decente e para que, ao mesmo tempo, tenham condições de pagar suas despesas de maneira a conseguir sustentar e dar uma vida digna aos seus familiares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos hoje, também, encaminhar ofício dos funcionários do Hospital São Paulo ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho e ao Ministro da Educação. Os referidos funcionários se encontram em greve há 12 dias e, hoje de manhã, em assembleia geral, aprovaram, por unanimidade, enviar a seguinte proposta:

"Imos. Srs. Prof. Dr. Jair Xavier Guimarães, DD. Diretor da Escola Paulista de Medicina e Presidente da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, Dr. Ricardo Nacim Saad, DD. Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, Sr. José Lino de Almeida, DD. Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de São Paulo.

Prezados Senhores: Através desta, vimos esclarecer-lhes que a negativa tão expressiva de 421 (61,2%) dentre os 688 votantes, à proposta de conciliação apresentada após a reunião de 26-11-81, na DRT, resultou dela não assegurar claramente os direitos trabalhistas dos funcionários do Hospital São Paulo. Especificamente, aquele conjunto de proposições não explicitava que o salário a que temos direito, após o reajuste de categoria em novembro de 1981, seria devidamente registrado em nossas carteiras de trabalho.

Os funcionários do Hospital São Paulo estão dispostos a voltar ao trabalho quando a Diretoria da SPDM e da EPM aceitarem o seguinte conjunto de proposições:

1) Que todos os avisos prévios de dispensa de funcionários fiquem anulados.

2) Que todos os "pedidos de demissão" feitos por funcionários da SPDM, para efeito de incorporação à EPM, para receberem salários de acordo com a tabela do DASP, menores que os vigentes, fiquem anulados;

3) Que todos os dias de paralização serão pagos sem demissão, e/ou punição a qualquer funcionário.

4) Os salários dos funcionários, com o devido reajuste da categoria de novembro de 1981, devem ser registrados em suas respectivas carteiras profissionais.

5) A Escola Paulista de Medicina assumirá todos os encargos trabalhistas a que têm direito os funcionários que foram absor-